



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

PROVA SELEÇÃO DE ESTÁGIO – DIREITO – CRM/PB

CÓDIGO DO ALUNO _____

1. Marque a alternativa correta:

O Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba promove concurso público para 5 cargos vagos. Foram nomeados, tão somente, 3 candidatos, apesar de existirem outros candidatos aprovados e classificados. Ao término do prazo de validade do concurso, a Administração, de forma infundada, resolve promover novo certame para preenchimento das vagas remanescentes. Trata-se:

- a. De motivo determinante, em que a Administração atua fora da sua competência para atingir finalidade estranha àquela competência;
- b. De motivo determinante, em que a Administração atua dentro de sua competência para atingir finalidade adequada àquela competência;
- c. De desvio de poder, em que a Administração atua fora de sua competência para atingir finalidade adequada àquela competência;
- d. De Desvio de Poder, em que a Administração atua dentro de sua competência para atingir finalidade estranha àquela competência;
- e. De Desvio de Finalidade, em que a Administração atua fora de sua competência para atingir finalidade diversa àquela competência;

2. No campo do Direito Administrativo, no que tange a invalidação dos atos administrativos, a Administração:

- a. Só pode revogar seus atos;
- b. Só pode revogar os seus atos;
- c. Pode anular e revogar os seus atos;
- d. Pode anular e revogar os seus atos, porém não pode anulá-los de ofício, nos termos da Súmula 473 do STF;
- e. Pode revogar os seus próprios atos sempre que eivados de nulidade ou vícios, porém esse exercício deve ser feito no prazo de 05 anos;

3. Sobre o mandado de segurança (MS), responda:

- a. É um direito social constitucionalmente previsto no art. 7º da CRFB/88;



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- b. Quando houver a possibilidade de interposição de recurso em face da decisão administrativa que viola direito líquido e certo, não é cabível a impetração do MS, uma vez que é necessário o exaurimento das instâncias ordinárias;
 - c. O MS pode ser interposto em face de decisão já transitada em julgado na instância administrativa;
 - d. Não cabe MS em face de decisão judicial da qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo;
 - e. Não cabe mandado de segurança em face de pessoa jurídica de direito privado ainda que no exercício de função delegada pelo Poder Público.
4. Sobre as empresas de sociedade mista e empresas públicas, responda:
- a. Elas não podem gozar de nenhum benefício fiscal;
 - b. São entes da Administração Direta, assim como Autarquias e Fundações;
 - c. Compõem a República Federativa do Brasil;
 - d. São intervenções do Estado na Economia como forma de atuar em áreas tidas como importantes para efetivação de direitos ou importantes sob a ótica econômica como CAGEPA, Caixa Econômica Federal e Conselhos de Fiscalização Profissional;
 - e. Sua autorização deve ser prevista em Lei;
5. Assinale a correta:
- a. Renúncia é a forma de extinção que se aplica somente para atos ampliativos que geram direitos a particulares.
 - b. Anulação ocorre sempre em observância à conveniência e oportunidade da Administração
 - c. Revogação ocorre quando o ato for eivado de vícios insanáveis;
 - d. Cassação é referente a retirada do ato administrativo por ter o seu beneficiário descumprido condição indispensável para a manutenção do ato ou pelo transcurso do tempo;
 - e. Caducidade ocorre de inadimplência do administrado para cumprir a determinação legal;
6. São atributos administrativos gerais:
- a. Presunção iure et de iure de veracidade e legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade;
 - b. Presunção juris tantum de veracidade e iure et de iure de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e finalidade;



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAIBA

- c. Presunção juris tantum de veracidade e legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade;
 - d. Presunção juris tantum de veracidade e legitimidade, impertatividade, autoexecutoriedade e motivo;
 - e. Presunção de veracidade e de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade, motivo e finalidade;
7. Sobre modalidades de licitação, responda:
- a. São modalidades de licitação: Concorrência, Tomada, Convite, Concurso e Leilão;
 - b. O pregão não é previsto pela Lei de Licitações – Lei nº 8666/93, porém é modalidade licitatória, nos termos da Lei 10.520/2002, sendo aplicada para aquisição de bens e serviços;
 - c. Concurso é a modalidade de licitação em que há a escolha de um trabalho artístico, técnico ou científico mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme decisão de Comissão Permanente de Licitação com antecedência mínima de 30 dias;
 - d. Para a legalidade da licitação na modalidade convite é necessário um mínimo de 05 convidados;
 - e. É permitida a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, desde que haja fundamento técnico;
8. Um agente penitenciário, de folga, quando estava na frente da sua casa discute com um transeunte e acaba desferindo tiros utilizando a arma administrativa. Com base no relato, é possível afirmar que o Estado:
- a. Será responsabilizado, pois o empregado público pertence aos quadros da Administração;
 - b. Não será poderá ser responsabilizado, com base na teoria do risco integral;
 - c. Somente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso o agente não detenha condições financeiras;
 - d. Não será responsabilizado, pois apesar do agente penitenciário ser agente político, não estava nessa qualidade no momento da conduta;
 - e. Será responsabilizado pois o agente penitenciário, apesar de não ser um agente político, e sim um agente público, utilizou da arma da Administração para efetuar um crime;
9. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- a. Em face da prolação de sentença penal com equívoco do juiz, o ordenamento jurídico não permite a reparação dos eventuais prejuízos em ação contra o Estado, mas tão somente contra o próprio magistrado;
- b. A teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado deve ser aplicada de modo absoluto, não admitindo hipótese de exclusão ou abrandamento;
- c. Mediante expressa determinação legal, o Estado poderá responder civilmente por danos causados a terceiros, ainda que sua ação tenha ocorrido de modo regular e conforme o direito;
- d. Segundo o STF, os atos jurisdicionais típicos no âmbito civil ensejam a responsabilidade objetiva do Estado;
- e. Na hipótese de comprovação de conduta omissiva do Estado, incide responsabilidade objetiva, bastando a comprovação donexo causal entre a omissão e o prejuízo causado ao particular;

10. Assinale a correta:

- a. Todos os princípios aplicáveis às modalidades licitatórias previstas na lei 8666/93 são aplicáveis ao Pregão;
- b. Os princípios constitucionais previstos no art. 37, caput, da CRFB/88 são: legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e eficiência;
- c. É possível o usucapião de bens públicos desde que não haja destino especial, ou seja, não estejam afetados;
- d. A imprescritibilidade dos bens públicos somente foi adotada a partir da Vigência do Código Civil de 1916, razão pela qual, entre o Código de 1916 e 2002, não será possível o usucapião de bens públicos, sendo essa orientação modificada a partir de CC-02;
- e. Não é possível penhorar bens públicos, com exceção dos bens classificados como dominiais;

11. Assinale a correta:

- a. O princípio da reserva do impossível garante que o Estado não está obrigado à indenizar todas as situações que gerem dano decorrentes de omissões administrativas. Deste modo, cabe à Administração Pública garantir um mínimo existencial de sobrevivência aos administrados.
- b. Os princípios do contraditório e da ampla defesa devem ser observados tanto nos processos administrativos punitivos como nos não punitivos. Em procedimentos



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

sumários de investigação, como sindicâncias, por exemplo, a observância dos referidos princípios é prescindível, pois impera um sistema inquisitivo.

- c. Segundo o STF, não há subordinação dos organismos policiais civis, que integra, a estrutura do Estado, ao chefe do Executivo, razão pela qual considera constitucional lei estadual que estabeleça autonomia administrativa, funcional e financeira à policial civil.
- d. A liberdade de manifestação de pensamento veda o anonimato, logo, conforme entendimento pacificado, escritos anônimos devem ser investigados pela polícia judiciária em razão da sua natureza apócrifa;
- e. Lei infraconstitucional pode condicionar o acesso ao Judiciário após o exaurimento das vias administrativas, como forma de garantir o disposto no art. 5º, LV.

12. Assinale a resposta correta:

- a. O contraditório e a ampla defesa são direitos sociais, de sorte que não podem ser abolidas pelo legislador infraconstitucional;
- b. O constituinte derivado possui poder ilimitado, assim como o originário.
- c. Os direitos e garantias fundamentais são ilimitados, tanto que não podem ser utilizados para se eximir da responsabilização pela prática de atos ilícitos;
- d. Os conflitos entre direitos e garantias fundamentais devem ser analisados com parcimônia, uma vez que o intérprete deve utilizar o princípio da ponderação, em que há o afastamento de um direito menor em benefício de um direito maior;
- e. Apesar de existir hierarquia axiológica entre as normas constitucionais, não há uma hierarquia formal;

13. As normas gerais sobre licitação e contratos são de competência:

- a. Privativa da União;
- b. Privativa dos Estados;
- c. Comum aos Estados e União;
- d. Concorrente à União, Estados, Municípios e Distrito Federal;
- e. Privativa da União e dos Estados

14. A imunidade recíproca prevista na CFRB/88 são relativas:

- a. Aos impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- b. Aos Impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais;
- c. Aos Impostos e Taxas;
- d. Aos Impostos;



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

e. Às Contribuições de Melhoria e Taxas;

15. Sobre a competência dos órgãos do Judiciário para as demandas envolvendo o CRM/PB, responda:

- a. O Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba só poderá ser demandado na Justiça Federal;
- b. O CRM/PB poderá ser intimado para prestar esclarecimentos em processo que tramita na Justiça Estadual;
- c. O CRM/PB não poderá ser parte em processo que tramite na Justiça do Trabalho;
- d. O CRM/PB possui foro privilegiado perante o Tribunal Regional Federal, uma vez que é Autarquia Federal *sui generis*;
- e. Os mandados de segurança sempre terão o Presidente do CRM/PB como autoridade coatora;

16. Assinale a correta:

- a. Os Direitos e Garantias fundamentais são *numerus clausus*, ou seja, só podem ser considerados aqueles previstos na CRFB/88;
- b. Em razão da natureza prolixa da nossa Constituição, é possível que exista norma de conteúdo fundamental que não esteja especificada pelo texto Constitucional, porém seja hierarquicamente superior às normas, tão somente, formalmente constitucionais;
- c. O Direito de herança é um direito fundamental coletivo;
- d. Conforme orientação jurisprudencial, o caput do artigo 5º não deve ser lido em sua literalidade, de sorte que estrangeiros, ainda que não residentes no país, são titulares de direitos fundamentais;
- e. A ação popular pode ser interposta por qualquer brasileiro que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

17. Assinale:

- a. São remédios constitucionais: habeas corpus, habeas-data, mandato de injunção e mandado de segurança;
- b. São cargos privativos de brasileiros natos: Ministro do STF, Ministro de Estado da Defesa, Ministro da Justiça e Oficial das Forças Armadas.



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

- c. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d. Cabe ao TCU promover a aprovação das contas do Presidente da República;
- e. A ação civil pública deve ser proposta na sede do réu;

18. Sobre os Tribunais Regionais Federais, responda:

- a. São compostos por sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos;
- b. Deverão, obrigatoriamente, observar o quinto constitucional no que se refere a as vagas oriundas da Advocacia e Ministério Público;
- c. Juízes com mais de três anos poderão ocupar uma vaga no TRF, desde que observado o critério de merecimento e antiguidade, de forma alternada;
- d. É de sua competência julgar os mandados de segurança em face do Presidente do CRM/PB;
- e. É de competência do Plenário o julgamento de habeas corpus quando a autoridade coatora for um desembargador federal;

19. Assinale a correta:

- a. A divisão dos poderes prevista no art. 2º da Constituição representa o sistema de “*Check and Balances*” ou “Freios e Contrapesos” e parte da premissa que os poderes devem mutuamente se controlar e fiscalizar os atos dos demais.
- b. O desenvolvimento nacional e a dignidade da pessoa humana são fundamentos da República.
- c. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa ou judicial irrecurável, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- d. Qualquer cidadão pode propor ação civil pública;
- e. Um cidadão brasileiro, maior de 18 anos, no pleno gozo dos seus direitos políticos, candidato ao cargo de vereador da cidade de João Pessoa pode ter domicílio eleitoral na cidade de Cabedelo.



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

20. Assinale a correta:

- a. Apenas os legitimados para propor ação direta de Inconstitucionalidade podem, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- b. Dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União são escolhidos pelo Congresso.
- c. É possível que a criação de Conselhos de Contas Municipais como meio de garantir maior celeridade ao julgamento das contas públicas.
- d. O TCU é composto por 09 (nove) ministros, dentre os quais 03 (três) são escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional.
- e. As contas do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

21. Assinale a correta

- a. A anuidade cobrada pelo CRM/PB é uma taxa típica, em razão do poder de polícia exercido pelo órgão fiscalizador;
- b. A exceção de pré-executividade é meio de defesa previsto no Código de Processo Civil, assim como a contestação e os embargos à execução;
- c. Segundo o CTN, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.
- d. Sempre figurará no polo ativo de uma relação jurídico tributária uma pessoa jurídica de direito público.
- e. O lugar eleito pelo contribuinte como domicílio tributário não poderá ser recusado pela autoridade tributária, uma vez que é um direito fundamental previsto no art. 5º, XXXII da Constituição Federal.

22. Assinale a correta:

- a. A competência tributária pode ser: exclusiva, comum, extraordinária, residual, especial ou cumulativa;
- b. A competência tributária é regida pela obrigatoriedade/imperatividade, facultatividade, irrenunciabilidade e indelegabilidade;
- c. As imunidades tributárias representam uma incompetência tributária prevista em lei;
- d. Taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte;
- e. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção iure et de iure.



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

23. Partindo do pressuposto que os integrantes da Administração indireta não pagam a anuidade devida ao CRM/PB, por expressa determinação legal, responda:
- As anuidades do CRM/PB estão subordinadas ao princípio da anterioridade;
 - Trata-se de uma imunidade tributária, em consonância com o art. 150, § 2º da CRFB/88;
 - É uma hipótese de incompetência tributária;
 - É um exemplo de imunidade recíproca;
 - As anuidades são exemplos de impostos devidos ao CRM/PB como forma de financiar a atuação Cartorária, Fiscalizadora e Judicante da Autarquia;
24. São formas de extinção do crédito tributário:
- A morte do contribuinte importa na extinção do crédito tributário;
 - O pagamento, a homologação, decisão judicial extintiva do débito e a remissão;
 - O pagamento, a transação e a remição;
 - O pagamento, a prescrição, decadência e a dação de pagamento de bens móveis;
 - A compensação e decisão judicial transitada em julgado;
25. Sobre a Execução Fiscal, responda:
- É necessário o esgotamento dos meios para que seja requerida a Penhora Online;
 - A Certidão de Dívida Ativa pode ser emendada ou substituída a qualquer tempo, desde que não tenha esgotado o prazo de embargos;
 - O prazo para oferecimento dos embargos a execução é de 15 dias contados da citação;
 - A intimação deve ser pessoal do representante judicial da Fazenda Pública;
 - Caso a CDA seja cancelada, a execução fiscal será extinta e, em razão do princípio da causalidade, a Fazenda arcará com o ônus sucumbencial devido;
26. Sobre os processos que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a incorreta:
- O CRM/PB pode ser demandado em processo que tramita nos Juizados Especiais;
 - O CRM/PB não pode ser autor em processo que tramita sob o rito dos Juizados Especiais;
 - É permitida a denúncia a lide no processo sumaríssimo;
 - É prescindível a atuação do advogado na 1ª Instância do rito sumaríssimo;
 - É dever das partes informar qualquer alteração de endereço, reputando-se como válida qualquer intimação encaminhada antes da cientificação da mudança;



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

27. A ação popular é um importante instrumento para promoção da tutela coletiva de direitos. Sobre a coisa julgada formada pelas sentenças de mérito, responda:
- Se se forma coisa julgada em ações populares julgadas procedentes após a aplicação do duplo grau de jurisdição, medida que tem por objetivo preservar os interesses da Fazenda Pública eventualmente condenada;
 - A produção de efeitos erga omnes não ocorre se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas;
 - Produz efeitos erga omnes, exclusivamente nos casos de procedência meritória, ficando seus efeitos, em todos os casos de improcedência, limitados às partes do processo;
 - Produz, como regra, efeitos inter partes, cabendo aos interessados em se beneficiarem de eventual procedência da ação requererem a sua habilitação até a prolação da sentença;
 - O efeito é sempre ultra partes.
28. Poderá modificar-se pela conexão e continência a competência em razão:
- Da matéria e hierarquia
 - Do valor, apenas.
 - Do valor e do território
 - Da Hierarquia, apenas;
 - Da matéria, apenas;
29. Sobre as sentenças e seus efeitos, responda:
- A coisa julgada é um atributo de perenidade das sentenças. É uma qualidade da sentença que só se concretiza diante da imutabilidade da matéria.
 - A coisa julgada formal é a preclusão das formas de ataque a sentença. A indiscutibilidade da decisão judicial verificada fora do processo, logo possui natureza exoprocessual e representa o impedimento de se rediscutir, no mesmo processo, a relação jurídica já definida;
 - A coisa julgada material é a impossibilidade de discussão da sentença judicial dentro do processo, portanto em relação ao mesmo feito processual, a matéria tornou-se indiscutível.
 - Sentenças definitivas fazem coisa julgada formal;
 - Sentenças sem o julgamento do mérito fazem coisa julgada material;



CRM-PB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA

30. Sobre a intervenção do MP no processo, responda:

- a. Não está sujeito à apreciação judicial o pedido de intervenção do MP no processo, uma vez que não há subordinação do MP ao Judiciário;
- b. A falta de intimação do MP para atuar no feito implica a nulidade deste desde o início;
- c. Não se decreta necessariamente a nulidade decorrente da falta de intimação do MP se, em razão dessa falta, não for apurado prejuízo ao interessado, pois, nesses casos, o prejuízo não se presume;
- d. Caso o MP, devidamente intimado, não passe a intervir nos autos, nada pode fazer o juiz a respeito dessa inércia;
- e. Considera-se nulo o procedimento em que, intimado a tanto, o MP deixe de atuar;

Gabarito Provisório:

1.	D	16.	D
2.	C	17.	C
3.	C	18.	B
4.	ANULADA	19.	A
5.	A	20.	B
6.	C	21.	D
7.	ANULADA	22.	ANULADA
8.	E	23.	A
9.	C	24.	E
10.	A	25.	D
11.	B	26.	C
12.	E	27.	B
13.	A	28.	C
14.	D	29.	ANULADA
15.	B	30.	C